

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0328 – 06/11 à 10/11/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
 - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
 - Dados Estatísticos de Fiscalização
-

Destaque da Semana

[STF reitera que terceirizados e empregados da tomadora de serviço podem ter salários diferentes](#)

Supremo Tribunal Federal - 09/11/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, sem alterações, o entendimento de que não é possível equiparar os salários de trabalhadores terceirizados aos dos empregados contratados diretamente pelo empregador, seja empresa pública ou privada. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (9), no julgamento de recurso (embargos de declaração) no Recurso Extraordinário (RE) 635546, com repercussão geral (Tema 383).

Tese

Em setembro de 2020, o Plenário havia fixado a tese de que a equiparação fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas. destaque para a fabricação de produtos alimentícios (+73.958 postos de trabalho).

Livre decisão empresarial

A maioria do Plenário acompanhou o voto do ministro Luís Roberto Barroso no sentido de que não houve mudança de entendimento da Corte sobre a matéria e, portanto, não há justificativa para acolher o pedido. Segundo ele, desde 2018 o STF entende que a terceirização é decisão empresarial legítima, o que afasta a interferência do Poder Judiciário na definição da remuneração dos trabalhadores terceirizados.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Professora defende participação de terceiros para ampliar debate em casos de repercussão geral](#)

Supremo Tribunal Federal - 10/11/2023

O projeto “Sextas Inteligentes”, do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu nesta sexta-feira (10) a professora da Universidade de Brasília (UnB) Paula Pessoa, que falou sobre o tema “Participação de Terceiros na Formação dos Precedentes em Repercussão Geral”. A palestra foi apresentada a integrantes dos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes (Nugeps) de todo o país. Figura prevista no Código de Processo Civil (CPC), o terceiro, apesar de não ser parte do processo, é habilitado a apresentar argumentos durante o julgamento de matéria que possa afetar diretamente seus direitos.

[STF tem três votos para correção do FGTS pela poupança a partir de 2025](#)

Supremo Tribunal Federal - 09/11/2023

Na sessão desta quinta-feira (9), o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento de ação que questiona a aplicação da Taxa Referencial (TR) na correção dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Até o momento, três ministros votaram para assegurar que o conjunto da remuneração do FGTS seja, no mínimo, igual ao da poupança. O julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Cristiano Zanin.

[STF começa a julgar regulamentação da licença-paternidade](#)

Supremo Tribunal Federal - 08/11/2023

Na sessão desta quarta-feira (8), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu

a leitura do relatório e a manifestação de terceiros interessados em ação que alega omissão do Legislativo na regulamentação do direito à licença-paternidade aos trabalhadores rurais e urbanos, assegurado na Constituição Federal. Seguindo o novo formato de julgamento adotado na gestão do presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, os votos serão apresentados em sessão a ser marcada posteriormente.

[Fábrica de refrigerantes é condenada por discriminar auxiliar negro e com deficiência física](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/11/2023

A Brasal Refrigerantes S.A., do Distrito Federal, deverá pagar R\$ 50 mil de indenização a um auxiliar de manutenção que foi impedido de ser promovido. Ao rejeitar o exame do recurso da empresa, a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou demonstrado que ele foi discriminado por ter deficiência e por ser negro, fatores usados como obstáculo à sua ascensão profissional.

[Siderúrgica é condenada por não conceder licença a empregada que sofreu aborto espontâneo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/11/2023

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ao pagamento de indenização por danos morais de R\$ 5 mil a uma coordenadora de logística que sofreu aborto espontâneo, mas não fruiu licença para repouso de duas semanas, conforme previsto da CLT. Para o colegiado, o abalo sofrido pela interrupção abrupta da gravidez é presumido.

[Reclamação constitucional não influencia prazo para ação rescisória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/11/2023

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que o prazo para ajuizamento de uma ação rescisória não pode começar a contar a partir de decisão definitiva em uma reclamação constitucional. De acordo com o colegiado, a reclamação tem natureza de ação autônoma e, portanto, não altera o marco inicial do prazo previsto no Código de Processo Civil (CPC).

[Acordos individuais para trabalho aos sábados e folga na semana do Natal são válidos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/11/2023

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame de recurso do Ministério Público do Trabalho (MPT) contra decisão que validou acordos individuais de duas confecções de Sergipe que previam o trabalho em 11 sábados de 2010 para concessão de folga na semana do Natal e do Ano Novo. Para a Justiça do Trabalho, o caso não é de banco de horas, mas de trabalho em dias específicos para compensação em um período favorável aos empregados.

[Repercussões da Reforma Trabalhista no acesso à Justiça é o Tema do Mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/11/2023

O Tema do Mês de novembro de 2023 da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é “[Repercussões da Lei 13.467/2017 no direito ao acesso à Justiça trabalhista](#)”. A curadoria é da Comissão de Documentação e Memória do TST, que selecionou artigos, teses e dissertações sobre a matéria.

[Operador é dispensado por justa causa por ofender presidente da empresa em rede social interna](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/11/2023

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou examinar recurso de um operador de terminal químico de uma empresa de logística contra decisão que manteve sua dispensa por justa causa por ter ofendido o presidente da empresa na rede social interna. Para as instâncias anteriores, a conduta foi agravada porque, depois de apagado o primeiro comentário, o empregado repetiu a postagem.

Notícias do Executivo

[Luiz Marinho apresenta à bancada do PT na Câmara ações e projetos do MTE](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 08/11/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, apresentou à bancada do PT na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (8) as ações e projetos desenvolvidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2023. Em reunião com a bancada, o ministro reforçou aos parlamentares a postura de diálogo e transparência entre executivo e legislativo, especialmente no que se refere ao debate sobre questões do mundo do trabalho.

[Brasil assume a presidência do G20](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 08/11/2023

No dia 7 de novembro, na Sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, aconteceu o Handover do seguimento de trabalho do G20, isto é, a passagem do bastão do Grupo de Trabalho e Emprego do G20 da Índia para o Brasil. A reunião contou com a presença de representantes dos países membros do Grupo dos 20, incluindo a África do Sul, que irá receber a presidência em 2025, após o Brasil.

[SRTb/PB promove o 1º Encontro Regional de Segurança e Saúde do Trabalho da Paraíba](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 07/11/2023

A Superintendência Regional do Trabalho na Paraíba (SRTb/PB) realizará, no dia 10 de novembro de 2023, o 1º Encontro Regional de Segurança e Saúde do Trabalho da Paraíba. O evento, que faz parte da Campanha Nacional de Segurança no Trabalho 2023 (CANPAT), será promovido no Auditório do Sindicato dos Bancários da Paraíba.

[Fundacentro participa de audiência pública sobre desamiantagem no Rio de Janeiro](#)

Fundacentro - 10/11/2023

A Fundacentro marcou presença em audiência pública para debater o descarte correto do amianto, também conhecido como asbesto, e a retirada de materiais que contenham essa substância cancerígena em prédios públicos. A atividade, presidida pelo deputado Carlos Minc (PSB), ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Janeiro (Alerj), em 7 de novembro. Ele é autor do Projeto de Lei nº 1.409/23, que cria o Programa Estadual de Desamiantagem.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Codemat lança livro comemorativo de 20 anos](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/11/2023

A Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) lançou nesta quinta-feira (9) um livro comemorativo de seus 20 anos. O lançamento ocorreu durante evento realizado na Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT) que marcou as duas décadas da coordenadoria.

[Cartilha “Lei de Estágio” desmistifica processos da atividade de estágio para IES, alunos e empresas](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/11/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com a Universidade de Fortaleza (Unifor) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), lançou a “Cartilha Lei de Estágio: dúvidas frequentes de estudantes, unidades concedentes e instituições de ensino superior”. A cartilha está disponível gratuitamente para download no site [Mundo do Estágio](#) e nos portais das instituições organizadoras. O objetivo da publicação é orientar os principais atores envolvidos na contratação e gestão de documentos de estágios: alunos, instituições de ensino superior (IES) e empresas, que podem ser públicas ou privadas.

[Organização e custeio de sindicatos podem ser feitos por todos os trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/11/2023

Em audiência pública realizada nesta segunda-feira (6), no Senado Federal, o Minis-

tério Público do Trabalho (MPT) defendeu que o custeio e a organização das entidades sindicais podem ser feitos por trabalhadores filiados e não-filiados ao sindicato da categoria. A audiência ocorreu na Comissão de Direitos Humanos da Casa e fez parte do ciclo de debates sobre a proposta que cria o Estatuto do Trabalho e regula os arts. 7º a 11º da Constituição Federal.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT e Auditores-Fiscais do Trabalho de Goiás levam esclarecimentos sobre o PL 6461 à relatora da matéria](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/11/2023

Dirigentes do SINAIT acompanhados de Auditores-Fiscais do Trabalho do estado de Goiás participaram, nesta quinta-feira, 9 de novembro, de reunião com a Deputada Flávia Moraes (PDT/GO), para tratar do projeto de lei 6461/19, que dispõe sobre o Estatuto do Aprendiz e está sob a relatoria da parlamentar. Os Auditores levaram esclarecimentos baseados na atuação e experiência da carreira em relação ao tema, que consideram fundamentais para evitar prejuízos à aprendizagem profissional.

[Em Goiás, Fiscalização do Trabalho realiza capacitação fiscal presencial sobre mudanças trazidas pelo FGTS Digital](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/11/2023

Em razão da mudança na sistemática de recolhimento do FGTS prevista para janeiro de 2024, por meio do FGTS Digital, a Superintendência Regional do Trabalho em Goiás (SRT/GO) convida contabilistas e advogados operadores das plataformas para capacitação fiscal nesta quinta-feira, 9 de novembro, das 14 às 18 horas, na modalidade presencial, com Auditores-Fiscais do Trabalho da equipe de desenvolvimento de sistemas do FGTS Digital. Também participam outros setores da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE).

[Aberta consulta pública para proposta de novo texto do capítulo 1.5 sobre gerenciamento de riscos ocupacionais da NR-01](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/11/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego colocou em Consulta Pública, no dia 3 de novembro, a proposta de novo texto do Capítulo 1.5 que trata do Gerenciamento de riscos ocupacionais da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), por um prazo de 30 dias. A proposta de texto já se encontra disponível para sugestões na plataforma “[participa + brasil](#)”. As contribuições devem ser objetivas, claras e precisas a fim de propiciar a devida avaliação pelo governo, e deverão ser realizadas diretamente no documento eletrônico disponível no sítio eletrônico <https://www.gov.br/participamaisbrasil/norma-regulamentadora-n-01-capitulo-gerenciamento-de-riscos-ocupacionais>.

Outras Notícias

[STF tem maioria contra ação sobre inclusão de empresas em execução trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 10/11/2023

A via da arguição de descumprimento de preceito fundamental não é a adequada para a revisão de entendimentos jurisprudenciais de tribunais superiores, tampouco configura substituto recursal. Com esse entendimento, o Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria nesta sexta-feira (10/11) para extinguir uma ADPF na qual a Confederação Nacional do Transporte (CNT) questionou decisões da Justiça do Trabalho que incluem na fase de execução de sentenças empresas que não tenham participado da ação desde o início, com fundamento na existência de grupo econômico.

[STF conhece ADPF que contestava destino de valores de ações civis públicas](#)

Consultor Jurídico - 09/11/2023

O Supremo Tribunal Federal, em julgamento virtual encerrado nesta semana, decidiu, por maioria, conhecer ação de descumprimento de preceito fundamental que contesta a prática do Ministério Público do Trabalho de destinar receitas de condenações em ações civis públicas a fundos para doações a órgãos públicos, fundações privadas geridas pelos réus ou ao próprio orçamento do MPT.

[Pedido de vista de Zanin suspende julgamento sobre correção do FGTS](#)

Consultor Jurídico - 09/11/2023

O Supremo Tribunal Federal suspendeu nesta quinta-feira (9/11) o julgamento que vai decidir o critério legal de correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS). O ministro Cristiano Zanin pediu vista.

[Possibilidade de controle de jornada obriga empresa a pagar hora extra](#)

Consultor Jurídico - 06/11/2023

A empresa que controla itinerário, locais de vendas e horas trabalhadas tem condições de saber a jornada diária e pagar horas extras. Com esse entendimento, a Justiça do Trabalho condenou uma fabricante de cigarros a pagar R\$ 1,2 milhão a um empregado. O valor se refere ao período entre dezembro de 2011 e setembro de 2018 em que ele trabalhou como vendedor externo, com jornada diária média de 15 horas ou mais. Ele ainda trabalhava um sábado por mês e, cinco vezes ao ano, em eventos da empresa sem receber horas extras.

[TRT-2: Horas extras refletem em descanso semanal na jornada 12x36](#)

Migalhas - 10/11/2023

Para escalas 12x36 é possível o reflexo da média de horas extras nos dias repousados, ainda que o art. 59 da CLT defina que o pagamento do descanso semanal remunerado esteja abrangido pela remuneração mensal. Foi essa a interpretação da 9ª turma do TRT da 2ª região, em processo de relatoria da desembargadora Bianca Bastos. Conforme os autos, um bombeiro civil frequentemente realizava horas extras, que, mesmo quando remuneradas, não continham reflexos.

[Terceirização: MPF defende que modulação seja mantida pelo STF](#)

Migalhas - 10/11/2023

A procuradora-geral da República, Elizeta Ramos, enviou um parecer ao STF defendendo que seja mantida decisão da Suprema Corte que modulou efeitos de seu julgamento sobre terceirização. O parecer foi enviado em embargos opostos pela Cenibra - Celulose NipoBrasileira S.A e pela Abag - Associação Brasileira do Agronegócio, contra acórdão que havia modulado efeitos da tese jurídica fixada em recurso extraordinário que representa leading case do Tema 725 da sistemática de repercussão geral.

[Empregado com câncer dispensado dias após fim de licença receberá R\\$ 30 mil](#)

Migalhas - 06/11/2023

Grupo econômico de tecnologia e segurança automotiva deve indenizar em R\$ 30 mil por danos morais trabalhador com câncer dispensado poucos dias após o término de licença médica. O caso foi decidido pela 7ª turma do TRT da 3ª região que manteve sentença que considerou discriminatória a dispensa do homem.

[Homem com depressão que pediu dispensa deverá ser reintegrado](#)

Migalhas - 06/11/2023

Empregadora do Acre deve reintegrar colaborador que se demitiu enquanto estava com depressão grave. Liminar foi concedida pelo juiz do Trabalho Fábio Lucas Telles de Menezes Andrade Sandim, da 1ª vara de Rio Branco/AC, ao considerar que o paciente não tinha capacidade para tomada de decisão. Na Justiça, o homem afirmou que era funcionário de uma empresa de assistência técnica e extensão rural no Acre, quando foi diagnosticado com depressão grave. Durante o período de tratamento da doença, o colaborador optou por se demitir do trabalho.

[MTE divulga consulta pública da NR 11 e cria GT de trabalho decente na Construção Civil](#)

Revista Proteção - 09/11/2023

Duas publicações do Ministério do Trabalho e Emprego, datadas de hoje (9) no Diário Oficial da União chamam a atenção para questões relacionadas à SST. A primeira é um [Aviso de Consulta Pública](#) para debater a proposta de novo texto para a NR 11, que versa sobre Transporte, Movimentação e Armazenagem de Materiais). As sugestões deverão ser encaminhadas exclusivamente on-line pelo documento eletrônico disponível [neste link](#), e devem ser feitas em até 30 dias a contar da data da publicação do Aviso.

[Deu na Mídia: CBIC destaca necessidade de controle na construção com onda de calor](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/11/2023

As ondas de calor que vêm sendo registradas no país foram o foco da reportagem publicada pela Folha de S. Paulo nesta quinta-feira (9), que mostrou os impactos provocados pelo fenômeno climático em diversas atividades econômicas do país. Para trazer as medidas adotadas pelo setor da construção, o periódico conversou com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

[Portaria cria GT para trabalho na Construção Civil com CBIC](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/11/2023

Nesta quinta-feira (9), foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria 3.621/2023 que institui um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar propostas sobre o Pacto Nacional para boas práticas no trabalho decente na Construção Civil. O GT será composto por um total de 18 membros efetivos e 2 observadores, representando diferentes segmentos relacionados à Construção Civil. Entre os participantes, destaca-se a ativa presença da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que indicará dois membros para representar os empregadores no grupo.

[Liderança eficiente x Liderança deficiente para a segurança do trabalho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 08/11/2023

A cultura de prevenção de acidentes é fundamental em todas as atividades econômicas, em especial na indústria da construção. E as lideranças são essenciais na condução desse processo. Os gestores devem motivar e incentivar suas equipes, promover reflexões sobre saúde e segurança, além de observar o cumprimento das normas e regulamentos sobre o tema. Ou seja, às lideranças cabe o papel de conduzir um ambiente de trabalho saudável.

[A OIT remete a disputa sobre o direito à greve ao Tribunal Internacional de Justiça](#)

Organização Internacional do Trabalho - 11/11/2023

Em sessão extraordinária, realizada no dia 10 de novembro, os delegados decidiram por votação encaminhar o assunto ao tribunal com urgência. Numa segunda sessão extraordinária, realizada em 11 de novembro, foi apresentada a proposta de inclusão urgente de um ponto normativo sobre o direito à greve na agenda da 112.^a sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que terá lugar em 2024. O Conselho de Administração decidiu que, depois de receber o parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça, consideraria medidas de acompanhamento adequadas.

[Trabalhar sob o sol causa 1 de cada 3 mortes por câncer de pele não melanoma, segundo OMS e OIT](#)

Organização Internacional do Trabalho - 08/11/2023

De acordo com as estimativas conjuntas, 1,6 bilhão de pessoas em idade ativa (15 anos ou mais) foram expostas à radiação solar ultravioleta enquanto trabalhavam ao ar livre em 2019, o equivalente a 28% de todas as pessoas em idade ativa. Só em 2019, quase 19 mil pessoas em 183 países morreram de câncer de pele não melanoma devido ao fato terem trabalhado ao ar livre sob o sol. A maioria (65%) era do sexo masculino.

Atos Normativos

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA](#) (DOU 09/11/2023 Seção III Pág. 125) - Submete à consulta pública proposta de novo texto para Norma Regulamentadora nº 11 (Transporte, Movimentação e Armazenagem de Materiais), disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas>, pelo prazo de 30 (trinta) dias;

[PORTARIA SE/MTE Nº 3.636, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 10/11/2023 Seção I Pág. 109) - Constituir Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de elaborar proposta de texto de Pacto Nacional sobre boas práticas para o trabalho decente no Setor da Construção Civil no Brasil;

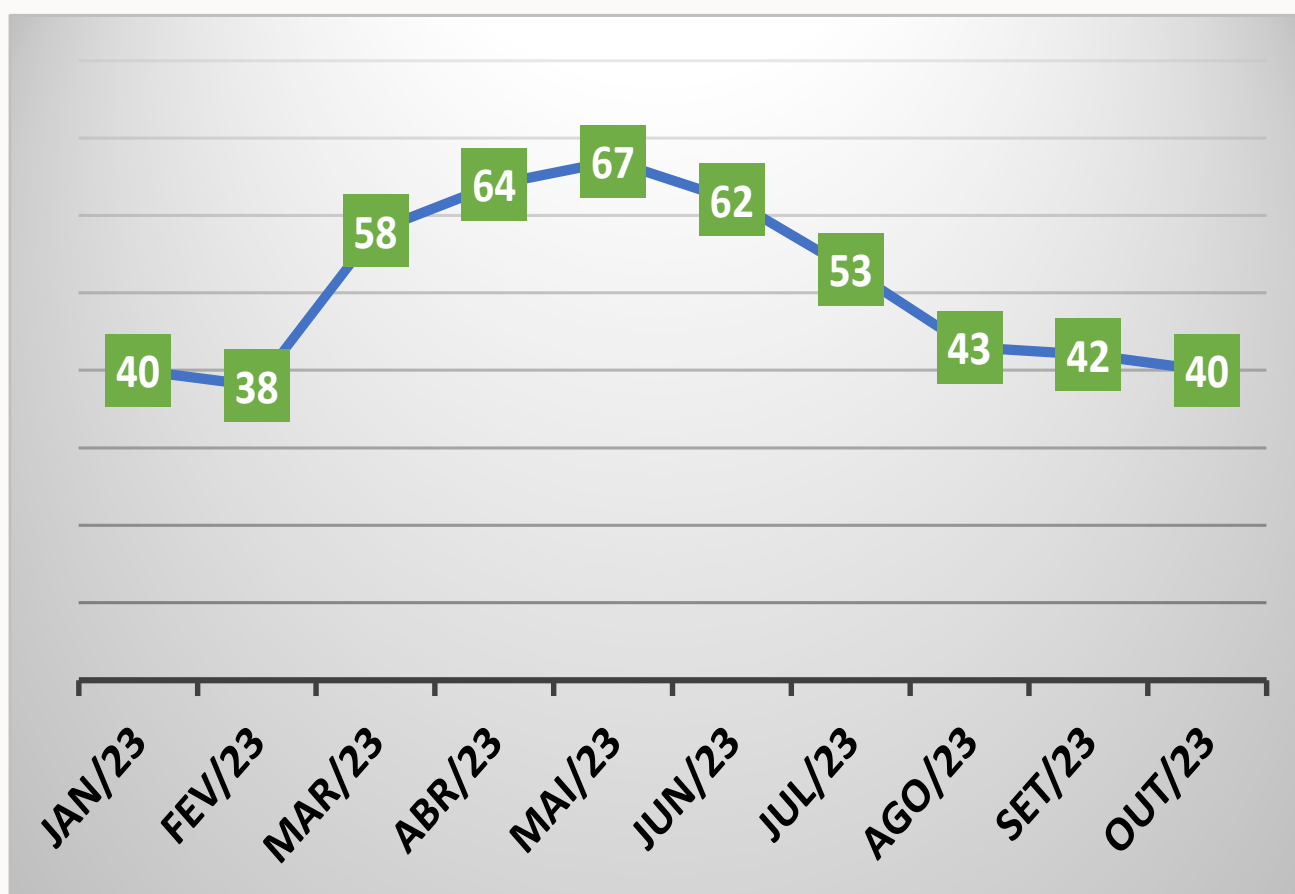
(*) Fica revogada a Portaria SE/MTE Nº 3.621, de 8 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 213, seção 1, página 112, de 9 de novembro de 2023.

[PORTARIA MTE Nº 3.643, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 10/11/2023 Seção I Pág. 109) - Altera o art. 4º da Portaria MTP nº 427, de 7 de outubro de 2021, que aprova o Anexo IV (Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos de Serviços Revendedores de Combustíveis Automotivos) da Norma Regulamentadora nº 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis.

RADAR TRABALHISTA

Dados Estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 07 (NR 07) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-out):



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula